



WORKSHOP

Processo Sancionador na Prática



18 de Agosto
de **2026**



8h - 17h



ONLINE

PROPOSTA COMERCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ



CURSO ON-LINE



Dia **18 de Agosto** de 2026

08h às 17h



Carga horária: **8 horas**



CURSO ON-LINE

- ✓ Aulas gravadas, com acesso posterior durante 3 meses;
- ✓ Abordagem prática;
- ✓ Material teórico complementar;
- ✓ Certificado individual;
- ✓ Aulas com grandes professores.

Obs.: As aulas serão disponibilizadas em até 20 dias da data do curso.

Objetivo do curso:

Capacitar os participantes para compreender e conduzir, de forma prática e segura, processos administrativos sancionadores no âmbito das contratações públicas, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 13.303/2016, desde a identificação da infração até a aplicação da penalidade, com observância ao contraditório, à ampla defesa, à proporcionalidade e à adequada motivação das decisões.

Público-alvo:

- Servidores públicos;
- Gestores de contrato;
- Fiscais de contrato;
- Alta administração;
- Procuradores;
- Assessores jurídicos;
- Agentes de contratação;
- Pregoeiros;
- Licitantes; e
- Todas as pessoas envolvidas em processos administrativos relacionados à Lei de Licitações

PROFESSOR:



Bruno Verzani

Procurador do Estado, Ex-Procurador do Município de Campinas e Ex-Oficial do Quadro Técnico de Direito da Marinha. Foi assessor jurídico da Rede Mário Gatti de Campinas e assessor jurídico da SEEDUC-RJ, e atualmente trabalha na Coordenadoria do Sistema Jurídico da PGE-RJ. Co-autor do livro “Nova Lei de Licitações Anotada e Comparada” e autor dos Ebooks “Nova Lei de Licitações Esquematizada” e “Jurisprudência do TCU por Temas”. Representante da PGE-RJ no Comitê Executivo de regulamentação e implementação da Nova Lei de Licitações no Estado do Rio de Janeiro. Palestrante e Professor na área de Licitações, Contratos e Direito Administrativo. Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

PROFESSORA:



Michelle Vieira

Servidora Pública Federal. Bacharel em Direito. MBA em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos. Chefe do Serviço de Gestão de Contratos do INCA/MS. Palestrante. Membro do Rede Govenança Brasil. Coautora de livros na área de licitações e contratos. Perfil no instagram. @gestaodecontratoscontinuados e do podcast @podlicitar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Introdutórios e Conceito de Sanção:

- Direito Administrativo Sancionador.
- Conceito e finalidades da Sanção
- Princípios e institutos do Direito Administrativo Sancionador

Fundamentos do Processo Sancionador

- Definição e fundamentos legais do processo sancionador na Lei 14.133/2021.
- Princípios que regem o processo sancionador: ampla defesa, contraditório, legalidade, proporcionalidade e eficiência.
- Finalidade do processo sancionador: responsabilização, prevenção de condutas irregulares e proteção do interesse público
- Impacto das sanções na governança pública e na execução contratual.
- Visão geral dos artigos 155 a 163: panorama normativo e estrutura do processo sancionador à luz da legislação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Infrações Administrativas na Lei nº 14.133/2021

- Análise prática das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
- Diferença entre falhas formais, inadimplemento contratual e infrações administrativas sancionáveis.
- Infrações durante a licitação e durante a execução contratual.
- Condutas relacionadas à fraude, declaração falsa, inexecução contratual, comportamento inidôneo e atraso injustificado.
- Cuidados para evitar enquadramentos genéricos ou desproporcionais.
- Relação entre a infração apurada, a prova produzida e a sanção aplicável.

Instauração do Processo Sancionador e Competências

- Abertura do processo sancionador: requisitos formais, motivação e elementos mínimos.
- Identificação da autoridade competente para instaurar, conduzir e decidir o processo.
- Papel do gestor do contrato, fiscal do contrato, agente de contratação, pregoeiro, assessoria jurídica e autoridade superior.
- Autuação, organização documental e formação do processo administrativo.
- Cuidados na comunicação inicial ao contratado ou licitante.
- Riscos de nulidade na instauração do processo sancionador.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Procedimento do Processo Sancionador – Passo a Passo

- Fases do processo sancionador.
- Notificação do suposto infrator: conteúdo mínimo, forma de envio e comprovação de ciência.
- Apresentação de defesa: prazos, requisitos e documentos.
- Instrução processual: coleta de provas, manifestações técnicas, diligências e análise dos fatos.
- Produção de relatório técnico ou manifestação conclusiva.
- Encaminhamento para decisão da autoridade competente.
- Encerramento do processo e formalização da decisão.

Instrução Probatória, Contraditório e Ampla Defesa

- Como produzir uma instrução processual segura e suficiente.
- Documentos essenciais para comprovar a infração administrativa.
- Ata, relatórios de fiscalização, notificações, comunicações, e-mails, pareceres técnicos e demais registros.
- O dever de oportunizar manifestação ao interessado.
- Como analisar a defesa apresentada pelo licitante ou contratado.
- Limites da atuação da Administração na complementação de provas.
- Principais falhas que fragilizam o processo sancionador perante os órgãos de controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sanções Administrativas e Dosimetria da Penalidade

- Sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:
- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade.
- Critérios para escolha da sanção adequada.
- Proporcionalidade, razoabilidade e gravidade da conduta.
- Reincidência, prejuízo causado à Administração e vantagem obtida pelo infrator.
- Dosimetria da multa e fundamentação da penalidade.
- Diferença entre sanção contratual e apuração de responsabilidade.
- Como evitar sanções automáticas, genéricas ou desproporcionais.

Decisão, Recursos, Reabilitação e Efeitos das Sanções

- Estrutura mínima da decisão sancionatória.
- Fundamentação jurídica e motivação individualizada da sanção.
- Comunicação da decisão ao interessado.
- Recursos administrativos e pedidos de reconsideração.
- Efeitos das sanções aplicadas: abrangência, duração e consequências práticas.
- Registro e publicidade das penalidades.
- Reabilitação do sancionado: requisitos, hipóteses e cuidados procedimentais.
- Riscos de aplicação indevida ou manutenção irregular de penalidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Registros, Publicidade, Controle e Boas Práticas

- Registro das sanções e transparência das decisões administrativas.
- Boas práticas na publicação e organização dos processos sancionadores.
- Controles internos para prevenção de infrações e padronização dos procedimentos.
- Fluxos administrativos recomendados para instauração, instrução, decisão e registro.
- Padronização de notificações, relatórios, decisões e comunicações.

■ DETALHES DA PROPOSTA:

CONTRATANTE:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CONTRATADO:	CLG TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA (doravante denominado Grupo CLG) CNPJ: 46.875.281/0001-27
OBJETO:	WORKSHOP: PROCESSO SANCIONADOR NA PRÁTICA

■ INVESTIMENTO 1º LOTE:

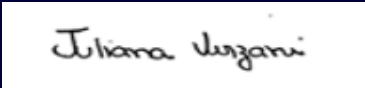
CURSO:	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR PARA 5 ALUNOS (COM 70% DE DESCONTO) + 1 ALUNO COM CORTESIA
WORKSHOP: PROCESSO SANCIONADOR NA PRÁTICA	R\$ 1.997,00	R\$ 599,00	R\$ 2.995,50

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento para reservas e inscrição, com posterior pagamento à conta bancária indicada, através de Nota Fiscal.

Banco: Nubank 260 – Agência: 0001 – Conta Corrente: 12121097-5 – Pix: 46.875.281/0001-27 (CNPJ)

*Validade da proposta: até o dia 17 de agosto de 2026.
Em caso de dúvidas, entrar em contato através do Whatsapp: 21-980936347.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026.



CLG TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA
JULIANA VERZANI LIMA DE ALMEIDA
REPRESENTANTE LEGAL

*ESTA PROPOSTA É VÁLIDA ATÉ A O DIA 17 DE AGOSTO DE 2026 E ESTÁ SUJEITA À DISPONIBILIDADE DE VAGAS.